

# EXPRESSÃO

Ano 2 Número 10 Junho.2010

Uma publicação  
do Sindicato dos  
Servidores Públicos  
do Ensino Superior  
de Blumenau

# UNIVERSITÁRIA

## Querem excluir sua representação do Conselho!

**CONSUNI** - 10 de junho

**COMPAREÇA!**



**A PESQUISA  
DE CLIMA  
ORGANIZACIONAL  
DA FURB**

**POSIÇÃO DO  
SINSEPEs SOBRE  
O PROGRAMA DO  
COLABORADOR  
VOLUNTÁRIO**

**ÁFRICA DO SUL  
E O APARTHEID**

**A NARRATIVA DE  
MAICON TENFEN**

**ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

**CÂMARA MUDA  
LEI E MANTÉM  
PRIVATIZAÇÃO  
DO ESGOTO**

**CAOS NO TRÂNSITO E OS CORREDORES  
DE ÔNIBUS EM BLUMENAU**

## ■ Editorial

# A nova proposta de Estatuto da Furb

**I**nicia tramitação, nos Conselhos de Administração (CONSAD) e Universitário (CONSUNI), a nova proposta de Estatuto da FURB. O encaminhamento da regulação interna da universidade é exigência da legislação aprovada na Câmara de Vereadores (fruto dos quatro anteprojetos de lei discutidos por quase um ano no CONSAD e CONSUNI). Alterações com relação ao atual estatuto também são necessárias, uma vez que os avanços e retrocessos inclusos na nova legislação impõem algumas adaptações.

A proposta foi elaborada por uma relatoria tripla, formada pelos professores Romero Fenili (Vice-Reitor), Sérgio Stringari (Diretor do CCEN) e Victor Sasse (Presidente da Apopof) e apresentada como a regulamentação necessária para adaptação à nova legislação e à estrutura em funcionamento na FURB, sem alterações substanciais e apontando que eventuais reformas administrativas sejam de competência da próxima administração superior, uma vez que a eleição se aproxima. Ainda na apresentação foi esclarecido pela relatoria que o novo Estatuto da FURB será composto não somente pelo conteúdo regulamentado no atual, mas também incluirá o atual Regimento da Reitoria. A tramitação do processo se dará em reuniões conjuntas de CONSAD e CONSUNI, onde a proposta foi distribuída para os conselheiros (cópia está disponível na página do SINSEPEs na internet), e iniciará no dia 10 de junho. A proposta será utilizada como texto-base e as alterações serão discutidas no próprio Conselho, assim

não é necessário encaminhamento prévio, bastando que os conselheiros apresentem os destaques durante a Sessão Plenária.

Seria desnecessário discutir a importância e necessidade imediata (por força da lei e necessidade institucional) da composição de novo texto para o Estatuto da FURB face à nova legislação que regulamenta a Universidade. A adequação ao texto legislativo é primordial para normatizar o funcionamento da FURB e corrigir irregularidades

presentes inclusive no texto atual que em alguns casos não reflete nossos processos internos. Entretanto é necessário extremo cuidado no respeito ao funcionamento da Universidade e que a necessidade de adequação da legislação interna não sirva a interesses "inovadores" em final de gestão. As alterações de estrutura já estão presentes de forma muito marcante nas leis aprovadas e serão consolidadas no Estatuto. Portanto quaisquer mudanças de processos e regulações internas, objeto exclusivo do Estatuto, devem ser preservadas para discussão, a partir da investidura, pelos novos administradores, seja no âmbito superior, setorial ou mesmo os novos componentes do Conselho Universitário. Por fim, há que se ter especial atenção para evitar a recorrência de práticas que se constituam em "reformas ao contrário", onde as estruturas são reformadas a revelia da regulamentação para depois serem "regularizadas".

**Na proposta, são excluídos da composição do Consuni os dois representantes dos servidores técnico-administrativos (eleitos em assembleia de forma ampla e direta) e o representante dos sindicatos de trabalhadores de Blumenau, representação externa de milhares de pessoas, empregados nos mais diversos setores produtivos em toda região.**

De forma mais direta, a composição do Conselho Universitário apresenta-se como ponto mais importante da discussão do Estatuto. Conforme a nova legislação, nossos atuais CONSAD e CONSUNI terão as atribuições acumuladas pelo Conselho Universitário, deixando de existir Conselho de Administração. Este Conselho precisa ser constituído em 70% por professores em atividade (conforme a LDB) e é imperativo que preserve a representação das forças políticas atuais (representação da administração, dos trabalhadores, dos estudantes e da comunidade externa) e avance para uma composição de forças que garanta debates mais plenos e decisões mais democráticas, razão de ser dos conselhos dessa natureza nas universidades públicas. Nesse sentido, a proposta apresentada pelos relatores pune, de forma inaceitável, a atual representação política dos trabalhadores mais fragilmente representados. Na proposta, são excluídos da composição do CONSUNI os dois representantes dos servidores técnico-administrativos (eleitos em assembleia de forma ampla e direta) e o representante dos sindicatos de trabalhadores de Blumenau, representação externa de milhares de pessoas, empregados nos mais diversos setores produtivos em toda região. Por outro lado, preserva-se a representação da ACIB (ou seja, da comunidade externa os empresários são representados e os trabalhadores não) e são incluídos o Controlador Geral e o Procurador Geral, ambos nomeados pela reitoria. Tendo o primeiro função fiscalizadora direta, este não deveria ter liberdade de interferência e voto na tomada das decisões. Já o segundo é assessor direto da reitoria e deve participar em pautas específicas, tendo caráter consultivo, cabendo as decisões somente aos conselheiros. Fica clara a necessidade de restabelecimento da representação direta dos servidores técnico-administrativos e dos trabalhadores externos em detrimento da inclusão de representantes nomeados pela reitoria, evitando mais distorções na já frágil balança das representações desses setores no Conselho.

Em toda a tramitação do Estatuto, será necessária a mobilização e acompanhamento dos servidores. Mais uma vez somos chamados a demonstrar nossa força para manter a representação de nossos interesses e estabelecimento da democracia, pois as alterações propostas ferem a todos, professores, técnicos e a comunidade do Vale do Itajaí através dos trabalhadores de outras categorias.

**A adequação ao texto legislativo é primordial para normatizar o funcionamento da Furb e corrigir irregularidades presentes inclusive no texto atual que em alguns casos não reflete nossos processos internos. Entretanto é necessário extremo cuidado no respeito ao funcionamento da Universidade e que a necessidade de adequação da legislação interna não sirva a interesses "inovadores" em final de gestão.**

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

**Projeto gráfico, diagramação e editoração:** Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

**Endereço:** Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900)

**Telefone:** 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

**RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!**

**Presidente:** Tulio Vidor. **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro:** Luiz Heinzen

**1º Tesoureiro:** Luiz Donizete Mafra **Dir. Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Dir. de Cultura:** Mariana Freitas **Dir. de Comunicação:** Carlos Alberto Silva  
**Conselho Fiscal:** Simone Wagner Rios Largura, Décio Zendron, Rita de Cassia Marqui (titulares); Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

## Conselhos Superiores

# Posição do Sinsepes sobre o Programa de Colaborador Voluntário

**E**m maio ocorreu no CONSAD a tramitação relâmpago de processo que instituiu o Programa de Colaborador Voluntário (PCV) da FURB, permitindo que qualquer pessoa maior de 18 anos desempenhe, sem remuneração, praticamente qualquer atividade não docente na instituição. Este foi objeto de parecer de vista da representação do SINSEPES cujo conteúdo é o que segue:

“Com relação à proposta de regulamentar o trabalho voluntário na FURB, a discussão que deve anteceder qualquer regulamentação é a de instituir ou não o trabalho voluntário. Sabedores de que a instituição apresenta esse tipo de atividade numa condição desregulamentada, restringindo-se o controle da atividade realizada praticamente a uma ficha cadastral, a proposta de instituir o PCV pode soar como a necessária atribuição de regras e critérios para a realização de tal atividade. No entanto, alguns elementos não podem ser relegados dentro das características do PCV da FURB.

Como representação sindical, este conselheiro é obviamente contrário à fragilização das relações trabalhistas. Esta fica clara no desenvolvimento de atividades vinculadas aos serviços necessários ao funcionamento da instituição sem a correta compensação ao trabalhador pelo uso de sua força de trabalho, tanto através da remuneração como de outros benefícios garantidos pelos contratos de trabalho.

A proposta apresentada para instituição do PCV da FURB é praticamente irrestrita quanto à gama de atividades possíveis de serem realizadas em regime de voluntariado e não restringe a sobreposição de tarefas de responsabilidade de servidores de carreira ou trabalhadores temporários ocupantes das vagas. Sobretudo levando-se em conta a responsabilidade como instituição pública, cujo acesso aos quadros funcionais pressupõe a realização de concurso público, não podemos regulamentar nenhuma atividade de natureza voluntária que substitua a ocupação de vaga existente na carreira, nem tampouco que evidencie a necessidade de ampliação do quadro funcional responsável pela atividade em questão. Assim, a natureza voluntária da atuação do trabalhador só poderia ser admitida com tranquilidade quando muito específica em tarefas não componentes das responsabilidades atribuídas aos cargos existentes e, ainda, que não evidenciem a necessidade ou dependência institucional de criação desses cargos ou atribuição da tarefa aos cargos existentes. Em quaisquer outros casos é absolutamente clara a probabilidade de, pelos trabalhadores voluntários, futuros pedidos de integração ao quadro de servidores, de equivalência aos trabalhadores contratados ou de indenização pelos serviços realizados, gerando desnecessária demanda jurídica onerosa à universidade.

Não restrito ao perigo de futura substituição dos trabalhadores formalmente contratados pelos voluntários, a proposta de PCV deve causar ao Diretório Central dos Estudantes

questionamentos semelhantes com relação à substituição de bolsistas de trabalho e pesquisa. Não existindo restrição de tarefas ao trabalho voluntário, pode-se admitir o argumento de que o financiamento governamental de bolsas (por exemplo do Art. 170) não seria prejudicado nessa hipótese, pois seria facilmente aplicado com o redirecionamento das atividades dos estudantes para outra área. No entanto, a mesma segurança não pode ser garantida quanto à aplicação das verbas de financiamento interno (atual FFAE).

Fica evidente, mesmo que através de uma abordagem não muito profunda dos temas, a quantidade de elementos a serem considerados, esclarecidos e clarificados antes de se instituir um programa regulador de colaboração voluntária no serviço público e especialmente em instituições educacionais da envergadura da Furb. Isso fica ainda mais claro

**Não restrito ao perigo de futura substituição dos trabalhadores formalmente contratados pelos voluntários, a proposta deve causar ao Diretório Central dos Estudantes questionamentos semelhantes com relação à substituição de bolsistas de trabalho e pesquisa.**

considerando-se todo o trâmite e discussões jurídicas acerca de semelhante regulamentação de serviço voluntário no município de Porto Alegre (RS). Este, também previa prestação de serviço a órgãos públicos, também a nível municipal e também mediante termo de adesão e aprovação do órgão público. Mesmo considerando a legislação nacional que define o serviço voluntário, a regulamentação naquele município passou por extensa discussão e embate de teses jurídicas. Convém considerar alguns elementos levantados pelo procurador do município, Dr. Rogério Quijano Gomes Ferreira no Parecer 1036/2001. Nele, fica evidenciado o caráter amplo dos elementos legais caracterizadores da relação de emprego (Art. 3o da CLT), tornando-os potencialmente manipuláveis. Ainda segundo Rogério, embora a exigência constitucional de ingresso em emprego público pressuponha respectivo concurso, a administração veria-se no mínimo envolvida em pleitos judiciais de diferentes naturezas e alcances. Aborda ainda aspectos relativos à preservação da idoneidade e qualidade do serviço público, implicando na comprovação prévia de idoneidade e eficiência do candidato à prestação do serviço voluntário. Por fim, clarifica a obrigatoriedade de custeio total, pelo ente público, das atividades realizadas pelo voluntário. Fica, evidentemente, enfatizada a complexidade da regulamentação necessária e seu potencial questionamento.

Ainda com relação à redação apresentada

na proposta, aparenta muita estranheza a informação obtida na reunião com o relator, de que esta tenha sido concebida através de análise da PROGEF. A redação original é omissa em um caso em que a omissão é absolutamente inadmissível e intolerável na análise jurídica da regulamentação a se estabelecer. Trata-se da desconsideração da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante. A proposta apresentada veda, como atividade voluntária, a docência no nível de graduação, porém não dispense o mesmo tratamento ao ministério de aulas no nível médio, fato que é uma aberração frente à legislação educacional brasileira. A não abordagem do nível médio na proposição só seria tolerada considerando-se a antiga estrutura da Fundação, em que poderia-se instituir regulamentos exclusivos à Universidade sem preocupação com a aplicação na ETEVI e NRTV, porém essa concepção deixa de existir após aprovação recente das leis regulamentadoras da FURB. Hoje, qualquer regulamentação pressupõe a consideração dessas estruturas como componentes da Universidade, conforme a lei. Seria trágico supor que a análise da Procuradoria tem como concepção uma estrutura da instituição não mais existente e em desconformidade legal. Assim, faz-se imperativo que qualquer proposta apresentada em Conselho, e que foi composta ou analisada previamente pela PROGEF, traga em seu conteúdo a segurança jurídica necessária e tenha nessa análise ou composição prévia a atenção e cuidado devidos a potenciais regulamentos oficiais, como no caso presente.

Considerando todo o exposto, este conselheiro não declara-se contrário à regulamentação do proposto Programa, nem tampouco a interrupção de trâmite do presente Processo. No entanto, considero prudente e adequado do ponto de vista institucional que a minuta de resolução seja revista e alterada na sua concepção. A proposição que apresento é a conversão da proposta em um programa de colaboração científica regulamentando, nos mesmos moldes originalmente apresentados, as atividades de pesquisa e restringindo o acesso aos servidores aposentados pela Furb. Cumpra-se assim com o interesse institucional e dos pesquisadores de não condená-los à inatividade muitas vezes em fase de topo de produtividade científica, além de continuar cumprindo com nossa missão de construção social e de conhecimento. Como procedimento imediato, creio ser o mais adequado que a minuta de resolução seja novamente submetida à PROGEF para adaptação da redação necessária e, incorporado o novo caráter, retorne para deliberação e aprovação no Consad.”

Lamentavelmente apenas as considerações com relação à ETEVI e à não autorização de atividade em setores com vagas abertas foram acatadas, fragilizando sobremaneira as relações de trabalho em todos os outros aspectos citados.

## Organização coletiva



Leo Laps

A Economia Solidária está presente nas fábricas em processo de falência, quando os trabalhadores unidos lutam para tomar posse e mantê-la em funcionamento de forma autogestionária, mas também está presente nas comunidades e territórios formados por estratos da população excluída que através da união somam forças para garantir os meios de subsistência

# Economia Solidária e a emergência de outra economia

POR MAIRON EDEGAR BRANDES, economista e estudante do Mestrado de Desenvolvimento Regional da FURB <maironedegar@hotmail.com>

**A** Economia Solidária tem sua emergência no Brasil a partir da década de 80. Se caracteriza por ser uma forma de se organizar a atividade econômica, do ponto de vista microeconômico, de forma coletiva (cooperativas, associações ou grupos informais), baseada em dois princípios gerais, a saber, a autogestão e a solidariedade. O valor que se expressa no princípio da solidariedade nesse movimento, não está relacionado a idéia assistencialista que parte de uma classe favorecida à outra menos, apesar de haver espaço para esse tipo de manifestação também. Mas o valor de solidariedade aqui é entendido, principalmente, como um princípio norteador que conduz a emancipação dos trabalhadores a partir da união de classe e motiva a luta por dignidade humana.

Assim, para além de questões estritamente econômicas, a Economia Solidária considera, em sua teoria e prática, questões sociais, culturais, ambientais e políticas. Se constitui assim, como um modo “diferente” das formas organizativas convencionais, do modelo orientado pela lógica do mercado.

Essas diferenças manifestadas na prática, também evidenciam problemas/dificuldades dos empreendimentos e levantam questões polêmicas que precisam ser melhor analisadas. Por exemplo, como livrar-se da dependência do mercado para garantir a sustentabilidade econômica do empreendimento? Alguns pensadores defendem que os empreendimentos devem competir no mercado e conquistar seu espaço, o

que para outros pensadores seria uma contradição, estando a solidariedade restrita as paredes do empreendimento. Outros defendem a formação de redes colaborativas solidárias, proporcionando outras formas de inserção através da formação de circuitos de bens complementares entre os empreendimentos de diversas regiões. Outros alertam sobre a importância de políticas

**Para além de questões estritamente econômicas, a Economia Solidária considera questões sociais, culturais, ambientais e políticas. Se constitui assim, como um modo “diferente” das formas organizativas convencionais, do modelo orientado pela lógica do mercado**

públicas e a criação de programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, entre outras coisas.

O fato é que a Economia Solidária é algo recente e em construção, como haveria de se esperar. Ela evolui e passa por transformações de acordo com as mudanças e transformações na sociedade. Ela está presente nas fábricas em processo de falência, quando os trabalhadores unidos lutam para tomar

posse e mantê-la em funcionamento de forma autogestionária, mas também está presente nas comunidades e territórios formados por estratos da população excluída que através da união somam forças para garantir os meios de subsistência (artesanatos, hortas comunitárias, produção de agroecológicos, bancos comunitários, coleta de materiais recicláveis, entre outras iniciativas).

Cabe destacar outra característica da Economia Solidária que é sua organização através de fóruns. Existem fóruns de âmbito municipal, regional, estadual e nacional. Os fóruns são importantes espaços de discussões sobre problemas comuns dos empreendimentos, além de se constituírem como espaços de participação dos envolvidos, normalmente representantes dos empreendimentos, das entidades de apoio e de gestores de políticas públicas.

Por fim, é preciso destacar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB-ITCP/FURB na construção da Economia Solidária não somente em Blumenau, mas na região e com atividades desenvolvidas de repercussão estadual e nacional. Esse ano a ITCP/FURB está celebrando 10 anos de existência e um olhar histórico pode demonstrar que mesmo com dificuldades de todas as ordens, muito se construiu. Muitos desafios persistem, mas a realização dos últimos eventos no mês de abril e maio, a 2ª Conferência Regional de Economia Solidária e a 2ª Feira Regional de Economia Solidária, respectivamente, demonstram como a Economia Solidária na região avança, proporcionando e buscando a participação popular.

## Nossa Universidade

Qual a validade e o objetivo para a Furb de uma pesquisa feita em ano de eleições e que mais parece uma avaliação de chefias?

# Clima organizacional e período pré-eleitoral

POR LUCIANO FÉLIX FLORIT, doutor em Sociologia e professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB <lucianoflorit@furb.br>

**T**endo participado da pesquisa sobre “clima organizacional” na FURB a partir do convite recebido por e-mail, sinto-me levado a fazer alguns comentários de caráter metodológico que podem ter implicações na hora em que os dados forem divulgados e interpretados. Estas implicações dizem respeito à validade desses dados e, como consequência, à legitimidade do uso que se possa vir a fazer deles.

Em primeiro lugar, chamou minha atenção o fato de se tratar de uma pesquisa via internet para a qual precisa se construir uma relação de confiança com o entrevistado no que diz respeito ao anonimato do mesmo. Não parece ser esta a melhor ocasião para inovar com este procedimento, uma vez que se trata de uma pesquisa que ocorre poucos meses antes de uma eleição na qual a gestão que administra a pesquisa está diretamente envolvida. Esta circunstância deverá influenciar de várias maneiras os dados recolhidos. Isto poderá acontecer introduzindo vieses nas respostas causados por medo ou outras disposições provocadas por fatores circunstanciais que não são o foco da pesquisa, uma vez que a mesma busca fazer uma série comparativa com a pesquisa anterior, realizada em circunstâncias diferentes.

Em segundo lugar, pareceu-me observar alguns problemas na instrumentalização do próprio conceito de clima organizacional que a pesquisa tenta mensurar. Logo na apresentação do questionário, o entrevistado recebe a seguinte mensagem: “Seremos os interlocutores entre VOCÊ e o departamento no qual você trabalha”, pressupondo que o clima or-

ganizacional será captado a partir de você manifestar, anonimamente, o que você pensa de seu chefe. Se não estou enganado, mais adiante no questionário, aparecem questões que dizem respeito “à FURB” no geral, nas quais, por alguma razão, não é dito que se trata de avaliar aspectos que dizem respeito à administração superior.

Em outras palavras, ora o clima tem responsáveis identificáveis (nossos chefes imediatos),

**Ora o clima tem responsáveis identificáveis (nossos chefes imediatos), ora o clima é de responsabilidade “da Furb”, no geral. O que de fato está sendo avaliado? O “clima” ou a atuação de pessoas?**

ora o clima é de responsabilidade “da FURB”, no geral. O que de fato está sendo avaliado? O “clima” ou a atuação de pessoas? E neste caso, de quem? Devo dizer que, na minha percepção, muitos dos fatores que tem interferido no clima organizacional na nossa universidade não têm decorrido das atitudes de meus chefes imediatos, nem da Furb em geral, mas de chefes superiores da universidade.

Em terceiro lugar, pareceu-me haver um problema nas categorias de “lotação” do respondente. Numa das primeiras questões o respondente é convidado a optar por uma das se-

guintes categorias:

- Reitoria e Pró-Reitorias (Gabinete, PRO-AD, PROEN e PROPEX/Mestrados)
- Outros Órgãos da Administração Superior (Biblioteca, ETEVI, NRTV, Procuradoria Geral, ARI, CAE, NUPEX, CCM, COPLAN)
- CCSA e seus departamentos
- CCEN e seus departamentos
- CCHC e seus departamentos
- CCE, seus departamentos e FURB Idiomas
- CCT e seus departamentos
- CCS, seus departamentos e Ambulatório
- CCJ, seu departamento e Núcleo de Prática Jurídica

Chamou minha atenção a primeira das categorias pelo fato de incluir, junto à Propex os Mestrados. Assim colocada, os professores que fazem parte de um Mestrado poderiam se auto-declarar como lotados junto às Pró-Reitorias. É claro que os Mestrados fazem parte dos Centros e dos Departamentos, e os professores que atuam neles estão lotados em algum Departamento. No entanto, assim formulada, esta questão se presta a confusão. A que estarão se referindo os servidores que se enquadraram na primeira categoria?

Um dos crivos fundamentais pelos quais devem passar os instrumentos utilizados na pesquisa social é o de verificar a sua validade, isto é, se eles medem de fato o que estão querendo medir. Outro crivo é o de evitar que fatos circunstanciais possam introduzir vieses não previstos no planejamento da pesquisa. Ainda, é fundamental verificar a confiabilidade nos dados, ou seja, criar as condições mais adequadas possíveis para que os respondentes expressem com tranquilidade e sem racionalizações evitando, por exemplo, atitudes muito comuns como as de tentar responder o que imagina que o pesquisador está querendo ouvir ou a de tentar controlar as próprias respostas por medo ao uso que possa se fazer delas.

Uma pesquisa sobre clima organizacional, que parece uma avaliação de chefias, ocorrida em período pré-eleitoral, e feita on-line por meio de login e senha identificáveis, ministrados pelos próprios gestores, não parece cumprir estes requisitos.



## Mundo

## História e memória do apartheid na África do Sul

POR RICARDO MACHADO<sup>1</sup>, professor de História da FURB e vice-presidente do SINSEPES <ricardomachado1982@gmail.com>

Nesta página: entrada do interativo Museu do Apartheid (Alfred Payne/Flickr) e montagem com rosto de Bantu Stephen Biko, líder do movimento Consciência Negra (reprodução)

Este ano a África do Sul foi colocada no centro das atenções da mídia internacional devido a realização do Mundial de Futebol. De uma maneira geral, as atuais representações sobre o país reproduzem uma continuidade daquilo que Edward Said chamou de orientalismo<sup>2</sup>. Segundo ele, através de um conjunto de descrições sobre este outro ocidental, buscou-se reforçar elementos do exotismo, sexualidade, primitivismo como uma forma de formar o próprio conceito de oriente em oposição ao ocidente. Se para Said foi a literatura e as artes visuais que tiveram o papel de construir estas imagens no século XIX, hoje as imagens televisivas e a publicidade, em sua nova roupagem multicultural, apresentam a África

do Sul<sup>3</sup> através dos elefantes, selvas e povos nativos. Não significa dizer que estas realidades não existam, mas que o investimento discursivo sobre estas imagens construíram unidades e efeitos de verdade que acabam definindo uma única identidade na forma de olhar para esta região do mundo.

Recentemente, pude conhecer algumas das principais cidades sul-africanas. Isto me permitiu conhecer outros elementos desta África do Sul contemporânea. Atualmente é um país que se inseriu na globalização como uma das principais economias do mundo, mas que por outro lado, ainda luta para construir uma unidade nacional, resolver os novos conflitos étnicos surgidos com o fim do apartheid e, sobretudo, resolver desigualdades sociais e os problemas de

saúde pública. Diante destes desafios, o país vivencia um significativo investimento na política de memória que busca dar sentido à África do Sul de hoje. Por isso, neste texto, me atreui mais especificamente ao tema da história recente deste país e os investimentos na memória através da descrição e problematização de alguns dos principais lugares de memória, como museus e monumentos.

No centro da Cidade do Cabo<sup>4</sup>, onde encontramos o núcleo político e administrativo da cidade, com antigas construções portuguesas, holandesas e inglesas, fica o Museu da Escravidão, conhecido como *Slave Lodge Museum*. O prédio foi construído ainda no século XVII para abrigar escravos da Companhia das Índias e atualmente abriga uma ampla coleção de peças e reproduções sobre a história da escravidão. Neste caso, o que impressiona é a possibilidade de compreender esta história vista do outro lado do Atlântico. Afinal, a história da escravidão estabeleceu a ligação, de pessoas e mercadorias através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Além disso, no período em que estive na cidade, estava justamente acontecendo no *Slave Lodge* uma exposição itinerante que rememorava os 30 anos da morte de Bantu Stephen Biko. Através de amplos estandartes com fotografias e textos, a exposição recontava a trajetória pessoal de Biko e sua relação com outros movimentos de resistência ao apartheid. Líder fundamental do movimento Consciência Negra, em 1977 foi torturado até a morte

pelo governo, no auge do regime do apartheid. Atualmente sua memória muitas vezes é polarizada com a imagem que se construiu de Mandela. Enquanto Biko incorpora a radicalidade à sua imagem, Mandela é signo da moderação que tornou a África do Sul possível após o fim do regime.

Na Ilha Robben, à onze quilômetros da costa da Cidade do Cabo, situa-se a prisão que durante 27 anos abrigou Nelson Mandela. Originalmente, local de isolamento de leprosos, doentes mentais, já desde o século XIX serviu como prisão para presos políticos. Evidentemente, sua estrutura de segurança máxima vai se constituindo na medida em que o apartheid vai se consolidando, afinal, a resistência a este regime aconteceu de formas diferentes, mas sempre de maneira permanente. A prisão desativada, hoje se configura como um museu e é um dos que possui maior apelo turístico na cidade. Para chegar até a ilha o acesso é feito por uma luxuosa escuna que parte do *Waterfront* (local que mistura entretenimento e compras, e onde a classe média da cidade e turistas ricos se sentem mais a vontade, afinal, apesar do exotismo de alguns ambientes, o local reproduz muito o estilo globalizado das redes de fast-food). É um local fundamental para entender o sincretismo entre entretenimento e cultura, tão comuns nas políticas de patrimônio em todo o mundo. A visita à prisão na ilha não traz muito daquilo esperado em um museu, pois o que há de importante são os muros, as celas, as cercas e fundamentalmente, o relato do guia que se apresenta como antigo preso político. Ao longo de toda a visita, a presença de seu relato, muitas vezes carregado de emoção, é constante e permanente. Novamente, interessa refletir sobre as políticas de memória como a construção de uma unidade discursiva sobre o passado, e em mundo onde o turismo passa a dar valor à cultura, esta unidade está intimamente implicada com as possibilidades de afirmação política e econômica do tempo presente. Da mesma forma, a visita tem o seu ponto auge, de maneira quase ritualística, na visita da cela em que Mandela ficou aprisionado. Uma cela como todas as outras, mas que neste caso sua originalidade é o sentido dado pelo investimento simbólico da biografia de Mandela.

Na Cidade do Cabo, o museu que mais me impressionou foi o *Distrit Six Museum*. A região do Distrito Seis fica muito próxima do centro da cidade e de lugares socialmente privilegiados perto da conhecida *Table Mountain*. Desde o início do século XX era considerada uma área cosmopolita, na medida em



que ali viviam distintos grupos étnicos como xhosas, malaio, indianos, africanos pobres ou imigrantes de outras regiões do continente. Nos anos de 1960, esta diversidade presente no distrito foi considerada um “problema social” para o Partido Nacional<sup>5</sup>, o que levou a remoção de 60.000 pessoas que viviam no local e a completa destruição das habitações (conservando-se somente alguns templos religiosos). Com o fim do apartheid e por iniciativa dos próprios ex-moradores foi criado o Museu do Distrito Seis. Sua coleção é composta por fotografias, objetos e lembranças individuais e das famílias que ali viveram. No chão do museu há um grande mapa, onde se reconstituiu as ruas originais do distrito. Até hoje sua gestão é de caráter comunitário, e mais do que um museu, o espaço funciona como um lugar de encontro para o ex-moradores ou aqueles que se identificam com sua história. Este processo de organização do museu e mobilização comunitária levou a reivindicação das terras e casas dos antigos moradores e seus descendentes. Desde 2004, há um processo de regresso destes para o Distrito Seis.

Na cidade de Johannesburgo, o bairro de Soweto se transformou no território fundamental para conhecer a história da luta contra o apartheid. As ruas, igrejas e a antiga casa de Mandela são hoje apropriados como lugares de memória no bairro. Certamente, destes lugares, o mais significativo em Soweto é o Monumento e Museu Hector Pieterse. O museu narra a história das manifestações de estudantes contra a obrigatoriedade do ensino do africâner<sup>6</sup> nas escolas. Em junho de 1976, cerca de 10 mil estudantes caminhavam em protesto até um ginásio, onde haveria um comício e foram duramente reprimidos, levando a morte de mais de quinhentas pessoas, dentre elas o jovem de 12 anos, Hector Pieterse. Se durante décadas o mundo fechou os olhos para o sistema de segregação na África do Sul, a imagem de Hector baleado ganhou o mundo e levou ao lento desgaste político internacional do regime. No museu, além dos relatos e imagens do acontecimento, usa-se grandes janelas de vidro com indicações de texto como parte da exposição, ou seja, a própria paisagem de fora do museu foi museificada. Também do lado de fora do museu há um grande monumento com a histórica fotografia de Hector Pieterse, onde lê-se: “Em honra dos jovens que deram suas vidas na luta pela liberdade e pela democracia”.

Para encerrar é preciso ainda tratar do Museu do Apartheid em Johannesburgo. A grandiosidade e dinamismo deste museu é talvez a maior ilustração do investimento na memória pela África do Sul contemporânea. Para acessar a entrada é preciso passar por uma rampa, onde em tamanho real depara-se com imagens de pessoas de costas. Não há como saber se são brancos ou negros. Somente ao ultrapassá-los que é possível identificar. E neste

processo constante de identificação e separação que o visitante do museu passa a ser envolvido. Ao chegar na porta do museu todo visitante passa a ser identificado pela cor de sua pele, o que garante acessos distintos ao prédio. Assim, a exposição se apresenta em forma de um grande labirinto, onde você acompanha o movimento de outras pessoas em outros caminhos e que conforme a cor de sua pele você não acessa da mesma forma. Desta maneira o visitante também é marcado pela diferença e passa entender que a segregação era sentida principalmente nas possibilidades de acesso aos espaços. Além disso, o Museu do Apartheid é constituído de um impressionante acervo de fotografias, filmes e objetos que são expostos de maneira extremamente interativa, estimulando os visitantes a tocar e serem tocados pela História.

Estes e outros museus e monumentos se tornaram ponto de encontro fundamental para tornar possível a África do Sul após o fim oficial do apartheid em 1990. Afinal, não se constrói uma unidade nacional somente incorporando novas cores na bandeira<sup>7</sup>. Um dos elementos mais ilustrativos de uma política da memória deste processo é a organização da Comissão Verdade e Reconciliação, encabeçada pelo bispo Desmond Tutu. Esta comissão tomou a busca pela verdade e a legitimação da memória dos desaparecidos como elemento central de sua ação. A história do apartheid só poderia ser conhecida com maiores detalhes com a colaboração daqueles que foram agentes da violência do regime. Por isso, a Comissão Verdade e Reconciliação organizou verdadeiros “julgamentos” públicos onde aqueles que foram acusados de terem cometido crimes durante o apartheid, somente ganhariam anistia se estivessem dispostos a falar abertamente diante da comunidade e familiares dos desaparecidos sobre as violações que cometeram. Dito de outra maneira: o perdão só seria possível se os agentes do apartheid declarassem publicamente seus crimes. O direito à memória das vítimas pelas suas famílias e comunidades foi ponto chave para estabelecer a justiça: mesmo que esta justiça implicasse o perdão do carrasco.

Mas estes investimentos na memória não estão separados de uma política do tempo presente, afinal, a



busca pela verdade e o direito à memória trazem para o presente a necessidade de ações e reparações feitas a uma parcela da população. Por isso, apesar das musas da História e Memória serem distintas, elas estão intimamente implicadas. A memória de um passado não se apresenta ao mundo por si, mas é resultado de um conjunto de investimentos que estão ligados às circunstâncias históricas em que se vive. Assim, para a África do Sul contemporânea se tornar possível foi preciso investir na memória. Mas também é preciso lembrar a África do Sul, para que o mundo não se esqueça do significado da palavra apartheid.

política do Partido Nacional.

<sup>5</sup> O Partido Nacional governou a África do Sul de 1948 até 1994. Foi o responsável pela implementação da política segregacionista do apartheid.

<sup>6</sup> O africâner é uma língua de origem neerlandesa originária dos processos de encontro entre os imigrantes calvinistas com outras culturas na região. Apesar de possuir semelhanças, ela é distinta do holandês contemporâneo.

<sup>7</sup> Após 1994 a África do Sul estabelece como símbolo nacional sua atual bandeira que incorpora distintas cores representando a multiplicidade do país. Até então se utilizava uma bandeira que fazia referência às bandeiras holandesa e inglesa.

<sup>1</sup> O autor esteve entre 2008 e 2009 em viagem pela África Austral, percorrendo África do Sul, Moçambique e Suazilândia.

<sup>2</sup> Sobre isso ver Edward Said no livro *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*.

<sup>3</sup> Mas a África fica no oriente ou no ocidente? O conceito de ocidente e oriente não tratam necessariamente de uma divisão geográfica, mas sobretudo, uma construção discursiva produzida como um dos efeitos da modernidade no século XVIII e XIX. Esta construção do oriente é debatida por Said em seu livro.

<sup>4</sup> Atualmente a Cidade do Cabo é a capital legislativa da África do Sul. No século XVI foi ponto nevrálgico para a expansão marítima dos portugueses, mas a ocupação europeia se torna significativa através da política da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Foi durante muito tempo local fundamental do poder dos africanos/bôeres, inclusive com grande influência na



Museu da Escravidão: [www.iziko.org.za/](http://www.iziko.org.za/)  
Ilha Robben: [www.robben-island.org.za/](http://www.robben-island.org.za/)  
Museu do Apartheid: [www.apartheidmuseum.org/](http://www.apartheidmuseum.org/)



Nesta página, no alto: cadeira exclusiva para brancos. Foto maior e detalhe: Monumento Hector Pieterse, menino de 12 anos morto durante a repressão a um protesto contra a segregação racial (Ricardo Machado)

## Pedagogia

Um diálogo entre o pensamento do educador brasileiro Paulo Freire e do filósofo francês Michael Foucault mostra como as reformas na educação continuam sendo pensadas dentro da lógica de mercado

# Bancário, Dialógico. Disciplina, Resistência

POR CELSO KRAEMER, professor de Filosofia e do Mestrado em Educação na FURB <celsok@furb.br>



Ricardo Rommoff/Flickr

to das condições de possibilidade e das motivações que fizeram a escola surgir, nos moldes em que a conhecemos até hoje, a genealogia de Foucault abre nova perspectiva para pensar a questão da disciplina/indisciplina na escola.

### DIALOGICIDADE E RESISTÊNCIA

O que é ser dialógica? A dialogicidade é uma forma específica de prática, que se diferencia das práticas da escola “regular” (tradicional, bancária, autoritária) em pontos muito precisos, específicos, determinados. Pontos nos quais ela não pode ser confundida com a escola de ensino “regular”.

O primeiro ponto é apresentado por Paulo Freire da seguinte maneira: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire: 1987, p. 68). Esta tese tem implicações teóricas e práticas de grande alcance. Ela rejeita o pressuposto da escola “regular”, de que há um conhecimento pronto que o professor ensina aos alunos.

Num segundo ponto, o professor não é aquele que educa/ensina e o aluno aquele que é educado/aprende. “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (Freire, 2002 p. 52). Muitos professores juntam os alunos em uma sala, dispõe a eles certa quantidade de revistas e livros, dão um tema para pesquisa e “dão” liberdade para que pesquisem. Este conjunto de procedimentos está educando, mas não é dialógico. Mesmo que não esteja mais transferindo um conhecimento, não se está mais silenciando o aluno, obrigando-o a memorizar um conhecimento já pronto, ainda assim não se pode perder de vista a especificidade da educação dialógica.

Para Freire há algo fundamental do “diálogo na busca do conteúdo programático” (1987, p. 83). Este tema é a base para entendermos que Freire não quer melhorar a escola atual. Somente compreendendo, na prática, o que é, para Freire, Investigação Temática, Inédito Viável, Codificação, Descodificação<sup>3</sup>, Redução Temática, Temas Dobrações, Situações Limite e Programa de Pesquisa-Ensino<sup>4</sup> é que constituiremos a real dimensão do pensamento e da prática de Paulo Freire.

Pode-se lembrar também a Sociedade de Controle que implica novas tecnologias de poder. Uma de suas novidades, na sensação de liberdade que produz, no fun-

### EDUCAÇÃO BANCÁRIA E DISCIPLINA

Nos ambientes escolares é muito comum vermos textos críticos, “baseados” em Paulo Freire, servirem de fundamento para Projetos Pedagógicos, Diretrizes Educacionais, Políticas para as Licenciaturas, etc., que, em sua implementação nas “novas” grades curriculares são retrógrados, conservadores ou liberais, de toda forma, pragmáticos que fazem “n” reformas para adequar a proposta de educação aos novos rumos do mercado, às novas diretrizes do Banco Mundial, do FMI, da OMC<sup>1</sup>. Todos falam de uma escola mais crítica, mais cidadã, mais humana, que se aplique à formação do ser humano como um todo, que dê conta da dimensão ética e reflexiva; palavreado. Na verdade, o que muda mesmo é o palavreado. A lógica da escolarização parece regulada pelo mercado (eficiência no treinamento/produção de mão de obra, atendimento ao cliente), não por princípios de formação humana.

Muitos educadores e educadoras pretendem “usar” Paulo Freire para melhorar a educação escolar. Há problemas de aprendizagem, in-

disciplina, interesse/motivação dos alunos, recorre-se a Paulo Freire. Depois de certo tempo “usando” o “método” Paulo Freire, os problemas não são resolvidos, ao contrário, se avolumam, a desmotivação e a indisciplina aumentam, o nível da aprendizagem cai. Chega-se à conclusão que o “método” de Paulo Freire não dá certo. “É muito bonito no papel, dizem, porque o papel

aceita tudo, é só escrever, mas vai fazer na prática, não funciona”. Angustiadadas e maltratadas pela realidade do cotidiano escolar as pessoas já não apostam mais em nada, sem utopias, tudo é rotina.

Aqui se fazem necessários alguns cuidados. Não se trata de uma “queda de braço”, uns contra e outros a favor de Paulo Freire, dá certo ou não dá. Paulo Freire não é uma pro-

posta para melhorar a escola que está aí. É necessário ampliar o raio de compreensão do que significa educação bancária, sua origem histórica, sua lógica que põe em funcionamento relações de saber e de poder, dispositivos que a fazem funcionar, bem como os efeitos que tal lógica produz, em sua positividade produtiva. E é especificamente neste ponto, no captar a dinâmica do

**Todo o discurso e as práticas de descentralização, das quais se fala tanto na atualidade, não corresponde a uma derrubada do autoritarismo, mas sim a uma nova tecnologia de poder do mesmo autoritarismo, que assim muda para permanecer, com outras roupagens**

poder enquanto sistema produtivo, que o instrumental teórico-metodológico de Paulo Freire parece requerer um auxílio conceitual e metodológico (“minha sensibilidade já me havia advertido”<sup>2</sup>) da Genealogia de Michel Foucault. Com isso se compreende melhor a noção de sistemas de dominação que se efetivam na escola bancária. Tanto do ponto de vista histórico quan-



do, resume-se ao seguinte: transfere toda parte de execução dos projetos educacionais para a camada mais baixa, o degrau inferior da hierarquia, provocando a sensação de liberdade e autonomia de gestão. Mas mantém três elementos retidos no grau superior da hierarquia: a) os recursos financeiros, sobre os quais eles ficam responsáveis em liberar/repassar; b) o planejamento sobre o que, o quanto e o quando produzir; c) a avaliação, que não brota do coletivo, sobretudo dos alunos, mas lhes advém dos degraus superiores da hierarquia.

*O planejar, o executar e o avaliar são ações que não cabem no mesmo grau. Os graus superiores planejam, controlam e avaliam. Os graus inferiores executam o planejado e são avaliados quanto à 'qualidade' da execução. Em consequência, a burocracia 'organiza' (separa) as pessoas em dois grandes grupos: competentes/incompetentes, dirigentes/dirigidos, planejadores-avaliadores/ executores, ficando para os degraus mais altos a qualificação de competentes" (Beltrão. Pedagogias Burocráticas: a evolução do autoritarismo pedagógico. In. Pey: 2002, p. 48).*

Todo o discurso e as práticas de descentralização, das quais se fala tanto na atualidade, não corresponde a uma derrubada do autoritarismo, mas sim a uma nova tecnologia de poder do mesmo autoritarismo, que assim muda para permanecer, com outras roupagens. Isso sim é melhorar o sistema, seja escolar, seja prisional, governamental. Pode ser chamado também de reforma. Mas Paulo Freire, assim como Foucault, em nenhum momento é um reformador. Reformar é mudar para permanecer. E não é neste sentido de mudança que trabalham Freire e Foucault.

Michel Foucault fala da constituição da subjetividade, no universo mesmo das práticas de saber-poder. O poder é produtivo, produz subjetividades dóceis e úteis. Dóceis no sentido de possíveis desobediências ou resistências políticas com relação à dominação. Úteis no sentido de estarem conformados ao sistema econômico de produção e consumo. A produção da subjetividade, para Foucault, não reside em discursos formalistas, mas nas práticas cotidianas, no universo das instituições, no universo da verdade (normalizada e normalizadora), no universo da moral e da ética, que legitimam este ou

aquele comportamento, esta ou aquela prática, que impedem de aflorar este ou aquele saber, de se constituir novas possibilidades.

É no universo destas práticas que se constitui um sujeito defensor da ordem de dominação, que se constitui a subjetividade do "bom professor", da "boa escola", do "bom aluno", do "pensar corretamente". Tanto a constituição da subjetividade que abriga a lógica da dominação, quanto a ruptura pretendida por Freire e Foucault, realizam-se nas práticas cotidianas. "É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. [...] Antes de ser ato pedagógico, a explicação é o mito da pedagogia" (Rancière, 2002, p. 25).

<sup>1</sup>Veja-se a esse respeito: Bruno, L. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In.: Oliveira, Dalila Andrade (Org). Gestão Democrática da Educação, 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>2</sup>Freire: 1992, p. 24.

<sup>3</sup>Embora esta palavra, descodificação, não conste nos dicionários de língua portuguesa, Freire o emprega, com sentido bastante específico: "Este movimento de ida e volta, do abstrato ao concreto, que se dá na análise de uma situação codificada, se bem feita a descodificação, conduz à superação da abstração com a percepção crítica do concreto, já agora não mais realidade espessa e pouco vislumbrada" (Pedagogia do Oprimido, p. 97).

<sup>4</sup>Embora Freire não empregue a expressão Programa de Pesquisa-Ensino, nós o empregamos em nossa primeira dissertação de mestrado para designarmos as atividades que se desenvolvem a partir dos temas geradores, depois da investigação temática, da codificação-descodificação e da redução temática (Cf. Pedagogia do Oprimido, cap. 3).

#### REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática docente*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org). *Gestão Democrática da Educação*, 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEY, Maria Oly. *Recordando Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *O Mestre Ignorante*. Belo Horizonte : Ática, 2002.

## Privatização do esgoto

Ministério Público acusa irregularidades no processo que deu à empresa Foz do Brasil o direito de explorar o saneamento em Blumenau

# Câmara muda lei para manter concessão

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

**T**ratamento de esgoto é essencial, para Blumenau e para você. Ninguém duvida e nem pode desmentir a frase, mas mesmo assim o SAMAE optou por gastar dinheiro público para dizer isto à comunidade blumenauense através de dezenas de outdoors espalhados pela cidade. Frases de efeito que não dizem nada estampadas em uma bonita peça publicitária é uma estratégia clássica: a Coca-Cola já nos garantiu que é insubstituível e refrescância, assim como o MacDonalds da propaganda parece de fato com o melhor sanduíche do universo. Dia após dia, Ford-Honda-Fiat-etc nos levam a crer que nosso automóvel modelo 2008 já é uma carroça comparado com o novo Fulano 2.0. E o SAMAE? Estaria tentando nos fazer acreditar, através do azul tranquilizador das suas propagandas, que só há boas intenções no processo de privatização do esgoto na cidade?

Os outdoors ganharam as ruas semanas após a votação do dia 11 de maio na Câmara dos Vereadores, que garantiu a continuidade da concessão à Foz do Brasil, do Grupo Odebrecht. No final do mês de abril, o Ministério Público de Santa Catarina (MP) abriu inquérito apontando divergências entre a legislação municipal, o edital de licitação e o contrato assinado entre prefeitura e empresa. Por 8 votos a 5, a Lei Municipal 7.360, criada em 2008 justamente para permitir a concessão, foi alterada para entrar nos conformes jurídicos e evitar que a licitação fosse completamente cancelada.

Apesar da mudança na lei, o processo, que também acusa o presidente do SAMAE, Luiz Ayr, de improbidade administrativa (se for condenado, será pela quarta vez, conforme nota do dia 22 de novembro de 2007 no site do MP - www.mp.sc.gov.br) segue na Justiça. A Foz do Brasil trabalha normalmente na cidade e já pediu, inclusive, o financiamento de dois terços dos custos de implantação da rede, cerca de R\$ 210 milhões, junto à Caixa Econômica Federal



Comunidade protesta contra decisão dos vereadores (Foto: Leo Laps)

(CEF). Também começa a cobrar 98% da tarifa da água dos menos de 5% da população que já contavam com esgotamento público, antes da licitação.

A concessão do esgoto em Blumenau apresentou problemas de transparência desde os primeiros movimentos, logo após as enchentes de 2008. Há quase um ano, em agosto de 2009, o Tribunal de Contas do

**Quem aprovou a privatização:** Antônio Veneza (DEM), Fábio Fiedler (DEM), Marcelo Schrubbe (DEM), Jovino Cardoso (DEM), Norma Dieckmann (DEM), Napoleão Bernardes (PSDB), Helenice Luchetta (PSDB), Roberto Tribess (PMDB)  
**Quem foi contra a privatização:** Bras do Bom Jesus (PP), Deusdith de Souza (PP), Zeca Bombeiro (PDT), Vanderlei de Oliveira (PT), Vanio Salm (PT)  
**Abstenção:** Marco Antônio Wanrowski (PSDB)

Estado (TCE) apontava 21 irregularidades no edital de licitação – documento redigido ao preço de R\$ 59 mil pela Infra Engenharia & Consultoria, presidida por Aloizio Fagundes — que, coincidentemente, já apareceu em jornais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como funcionário de empresas do... Grupo Odebrecht! Na época, a prefeitura utilizou o mesmo discurso de agora: haviam apenas "pequenas falhas", fruto de uma "falta de atenção" dos juristas que escreveram os documentos. Na época, o processo foi ajustado e seguiu adiante, apesar dos protestos da comunidade.

A partir do momento em que a CEF liberar verba para a

Foz do Brasil, todos os discursos entrarão em prova de fogo. A sessão plenária que definiu a adaptação da Lei 7.360 ao edital e contrato com a Foz do Brasil foi marcada pela presença de sindicalistas, trabalhadores do SAMAE e estudantes, que se manifestaram contra a decisão da maioria dos vereadores. A bancada governista do prefeito João Paulo Kleinübing e com maioria na Câmara, garantiu que o projeto traria qualidade de vida para a população. Não falou, no entanto, a que preço.

Tratamento de esgoto é essencial para qualquer cidade do planeta. Estimativa da Organização das Nações Unidas calcula que, para cada 1 dólar investidos em saneamento, economizam-se 4 dólares no sistema de saúde. Diante dessa estatística, o governo federal criou um Plano Nacional de Saneamento Básico. Exige, dos municípios, a apresentação de projetos municipais para implantar o tratamento. Apenas no ano passado o governo federal investiu R\$ 50 milhões na implantação de redes de esgoto no Garcia e Fortaleza. Este investimento público recente agora serve ao lucro do Grupo Odebrecht.

Acesso à água e saúde são considerados direitos constitucionais em nossa democracia e, por isso, não deve ser orientado pela lógica de mercado. A Foz do Brasil, no entanto, acaba de adquirir, por 35 anos, um monopólio natural: não há como trocar de prestadora se o serviço ficar caro demais ou não tiver qualidade.

## Mobilidade Urbana

Críticas à implantação de sistema para melhorar transporte coletivo em Blumenau demonstram como cidades e pessoas se tornaram dependentes do automóvel

# Os corredores e a sociedade do carro

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

Os recordes de venda da indústria automotiva brasileira nos últimos dois anos, celebrados pela grande mídia e governo federal como salvador do país na crise mundial, se transformaram em um dos maiores pesadelos da maioria das cidades do país. Em Blumenau, onde cerca de mil carros novos são vendidos a cada mês desde que o governo reduziu impostos para as montadoras, no final de 2008, o SETERB passou a ser o órgão público mais odiado por 10 em cada 10 motoristas paralisados no trânsito caótico do município. Na Beira-Rio, um semáforo quase trouxe o apocalipse ao Vale Europeu. Na Rua São José, ninguém entendeu muito bem aquela inversão de sentido. E o cruzamento da Max Hering com a Heinrich Hosang continua sendo a alegria das latoarias.

Nesta torrente de indignação, um dos projetos mais imprescindíveis para o futuro de Blumenau também foi alvo de algumas críticas: a implantação dos corredores de ônibus, considerados essenciais por qualquer especialista na área de mobilidade urbana para oferecer transporte público confiável e mais barato. Comerciantes temem a falência por falta de vagas de estacionamento, retiradas do Centro para abrir espaço para os coletivos. Usuários de automóveis preveem engarrafamentos ainda maiores e sugerem, como contraponto aos corredores, mais ruas, anéis viários e pontes. Para carros, é claro.

A dificuldade em entender que, atualmente, é necessário ampliar os direitos do pedestre e priorizar e incentivar o uso do transporte coletivo, é até compreensível. Há décadas vimos aprendendo, pelo bem da indústria e do “desenvolvimento”, justamente o contrário. O cartunista e ativista norte-americano Andy Singer, autor de uma série de charges sobre mobilidade (e que já ilustrou duas edições do EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA e os cartazes do debate sobre mobilidade promovido pelo SINSEPES em setembro de 2009), enumera filmes, livros e músicas que romantizam a imagem do carro: do clássico *On The Road*, do rebelde Jack Kerouac, aos filmes de James Bond. “Toda essa cultura pop, combinada à propaganda incansável, transformou carros em parte da nossa personalidade. Fomos ensinados a relacionar automóveis com riqueza, poder, romance, rebeldia e liberdade”, afirma no livro *Car-Toons*. A lição midiática deu certo em quase todos os países do planeta. “Pode ser espantosa a constatação de que boa parte da classe média investe mais em seus carros que em casa própria”, constata o prefácio da edição brasileira do livro *Apocalipse Motorizado*, um dos maiores guias do movimento anti-carro.

### CONFIABILIDADE

Sozinhos, no entanto, corredores de ônibus não convencerão nenhum cidadão hoje dependente do automóvel a optar pelo transporte coletivo. O cálculo da tarifa de ônibus segue uma lógica suicida: o preço é dividido pelo total de passageiros. Quanto menos passagens vendidas, mais cara a passagem. O resultado prático é que o transporte coletivo vai se tornando cada vez menos atraente economicamente em relação ao carro.

Por isso, é preciso investir em políticas públicas que tornem o ônibus uma opção realmente atraente para o bolso e para as atividades diárias do cidadão. “Quando sai mais barato andar de carro que de ônibus, há um problema sério. Ninguém quer dificultar a própria vida. Só vamos largar o carro em casa quando tivermos confiança no transporte público e ele representar economia. Quando eu tiver tranquilidade para saber que minha filha pode voltar de van para casa, em segurança e sem pegar trânsito, ou que eu possa sair agora e pegar um ônibus barato e confortável, isso começa a acontecer”, afirma o arquiteto Christian Krambeck, um dos participantes do debate sobre mobilidade promovido pela RBS em maio.

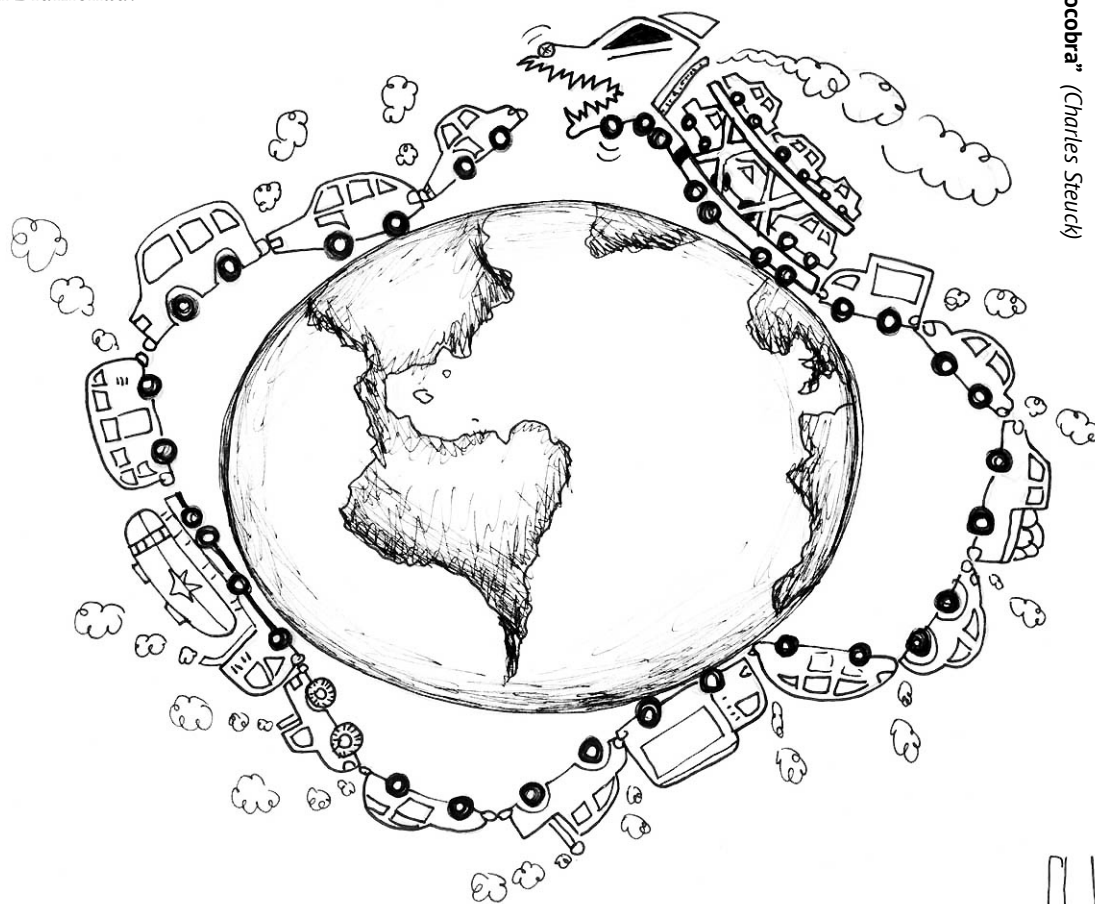
Marlene Satiro, cobradora e dirigente do SINDETRANSCOL (Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo de Blumenau) afirma que a entidade reivindica desde 2006 a criação dos corredores exclusivos, mas se preocupa com a efetividade deles em Blumenau. “Não houve debate com o sindicato nem com a comunidade sobre como deveria ocorrer a implantação dos corredores. O que nos preocupa é que, no começo, falava-se em corredor ‘exclusivo’. Agora, a palavra é corredor ‘preferencial’. Sem fiscalização, os corredores podem ser ocupados por carros e não ter efetividade”, alerta a sindicalista, que considera o aumento da velocidade dos ônibus (os corredores pretendem aumentá-la de 13 km/h para 20 km/h, segundo o SETERB) e a ergonomia dos veículos e pontos de ônibus essenciais para trazer mais passageiros para o transporte coletivo em Blumenau. Além disso, ela defende a melhoria das condições de trabalho de motoristas e cobradores, que trabalham pressionados por uma tabela de horários que não consegue ser cumprida diante do estado atual do trânsito em Blumenau.

### PLANEJAMENTO URBANO

No debate da RBS, a arquiteta e professora da FURB Carla Back lembrou que “as cidades do futuro preveem o não-deslocamento”. Evitar que cada vez mais pessoas precisem se deslocar diariamente, de ônibus ou carro, deve ser prioridade no planejamento urbano. “As cidades precisam ser descentralizadas. Os bairros precisam de infraestrutura suficiente para que não seja necessário ir ao Centro”, defende Back.

Krambeck critica o Plano Diretor de Blumenau, que expande a cidade para o Norte. “Não há um estudo mais aprofundado em relação a esse planejamento. Parece que caiu uma receita do céu e estão usando isso mesmo, o que pode ter consequências drásticas para a região toda”. Para ele, o direcionamento para o Norte serve à especulação imobiliária e desequilibra socialmente a cidade. “O grande problema das cidades é a dispersão para a periferia. Essa forma de crescimento exclui as pessoas de baixa renda para a periferia, e isso pois gera mais gastos com estradas, canalizações, e mais perda de tempo em deslocamentos”, explica Krambeck.

O arquiteto defende o adensamento o adensamento demográfico das cidades, o melhor uso do solo urbano (mesclando residências e comércio) e a criação de um Instituto Regional de Planejamento Urbano Público e Privado, envolvendo técnicos indicados por prefeitura, empresários e outras entidades, como a FURB. Para ele, essas medidas poderiam melhorar o trânsito e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população, através de um planejamento adequado e bem embasado.



“Autocobra” (Charles Steuck)

## Notas Sobre Literatura Catarinense

Gabriel S. V. T. da Cunha/Sarau Eletrônico



**“Um bom conto deve contar uma boa história, um bom romance é aquele que conta uma boa história. Mas não apenas! Por trás daquilo você vai encontrar uma cosmogonia capaz de lhe fazer refletir sobre muitas coisas, sobre a sua própria vida, sobre a sociedade e o mundo em que você vive.”**

**Maicon Tenfen,**  
escritor

Quando Maicon Tenfen lançou a primeira edição da novela “Um cadáver na banheira”, em 1997, lembro-me de uma entrevista que concedeu a um programa televisivo, onde afirmou que sua preocupação, enquanto escritor, era apenas escrever uma boa história. Em 2008 tive a oportunidade de entrevistar Tenfen para o “Sarau Eletrônico”, e perguntei a ele se escrever era isso, apenas contar uma boa história. A resposta? “Continuo com a idéia de que um bom conto deve contar uma boa história, um bom romance é aquele que conta uma boa história. Mas não apenas! Por trás daquilo você vai encontrar uma cosmogonia capaz de lhe fazer refletir sobre muitas coisas, sobre a sua própria vida, sobre a sociedade e o mundo em que você vive.” Ou seja, Tenfen continua acreditando na força da narrativa, em seu poder de enredar o leitor e de aprisioná-lo nas possibilidades da trama,

nos deparar com o nome de Genésio Campanelli, informação nova, já que nas edições anteriores dessa novela (1997 e 1999) não se fazia alusão ao revisor. Genésio Campanelli aparece novamente nos agradecimentos de “Casa Velha...” e, pasmem, como protagonista do já referido conto “Canil para cachorro louco” na pele de um pacífico e metódico professor universitário que se vê envolvido numa trama de sexo, chantagem e homicídio. Ultrapassando os limites tradicionais da fábula, Maicon Tenfen faz uso dos espaços extraliterários do livro para conferir maior verossimilhança a sua trama, brincando com as fronteiras da ficção e da realidade e enveredando por aquilo que Tzvetan Todorov chama de “autoficção”. É o caso, por exemplo, quando o professor Genésio Campanelli reconhece, na geografia do conto, o escritor Maicon Tenfen: “Era um colega seu, um amigo de muitos anos, um ex-aluno que recen-

do editorial, ou seja, o recorrente conflito entre arte e artesanato, criação e reprodução. Em “Canil para cachorro louco” o autor estabelece sua catarse, assume sua existência, liberta-se da prostituição literária e define-se enquanto artista que deseja contar uma boa história, mas não apenas isso.

“Um cadáver na banheira” conta a história de Jorge Gustavo de Andrade, personagem que foge de uma pequena cidade do Alto Vale catarinense com sua namorada e se instala em Blumenau, onde espera realizar o sonho de publicar seu romance de estreia, “O retorno do Alquimista”, e assim se transformar em escritor de sucesso. Entretanto, Jorge Gustavo encontra os muros praticamente intransponíveis do mercado editorial, e se vê forçado a recorrer aos préstimos de Suzana Fischer, proprietária de uma editora que publica os livros de autores que desejam pagar pelo serviço. Em um dos trechos da novela, Jorge Gustavo diz

de alguma forma, o fazer literário e a presença do livro em nossa sociedade. Entretanto dois contos estabelecem essa discussão de forma mais incisiva, e são justamente o primeiro e o último do volume, como já apontamos anteriormente. Em “Nick Fourier” conhecemos a história de um escritor fracassado em suas pretensões de produzir “alta” literatura, e que ganha a vida escrevendo livros policiais de bolso e descartáveis. Quando decide se libertar do personagem que criara, matando-o (como tantos autores realmente tentaram fazer, não obtendo sucesso, como no caso de Conan Doyle, que matou Sherlock Holmes para ter que “ressuscitá-lo” depois), é por este morto. A mensagem de Tenfen é clara: o escritor que se entrega à indústria da cultura de massa pode até encontrar sua sobrevivência financeira, mas terá suas possibilidades artísticas assassinadas. De certa forma Maicon Tenfen retoma a questão em “Canil

# Entre cadáveres e casas velhas, a Literatura

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico ([www.bc.furb.br/saraueltronico](http://www.bc.furb.br/saraueltronico)), da Biblioteca da FURB <[viegas@furb.br](mailto:viegas@furb.br)>

entretanto, reconhece que a literatura não se limita à fruição.

Ainda que não o reconhecesse publicamente, quando lançou “Um cadáver na banheira”, Maicon Tenfen já começava a esboçar nesta novela um projeto literário que tem por objeto questionar e refletir a respeito do fazer literário e do mercado editorial. Projeto que o autor de certa forma explicita com a publicação da terceira edição de “Um Cadáver...” (2007) e, mais recentemente, com seu livro de contos “Casa Velha Night Club” (2009). Em ambos os títulos, a proposta metaliterária é clara, e a relação direta entre os dois livros é estabelecida abertamente pelo próprio autor, não só através das menções feitas pelo personagem Maicon Tenfen em “Canil para cachorro louco”, conto que fecha “Casa Velha...”, bem como nas referências que encontramos fora do espaço da fábula propriamente dita. Quando observamos, por exemplo, os créditos de revisão ortográfica e gramatical da terceira edição de “Um cadáver...”, vamos

temente se tornara professor da Universidade. Era Maicon Tenfen, o escritor.”

O excerto acima lembra o primeiro capítulo de “As palavras e as coisas”, de Michel Foucault, onde o filósofo analisa a cena apresentada no quadro “Las Meninas”, pintado em 1656 por Diego Velázquez. Foucault nos aponta a presença de Velázquez no interior da cena, pintando um quadro em que, provavelmente, retrata aquilo que se descortina aos seus olhos e que podemos supor sermos nós mesmos, a plateia. No meta-artístico “Las Meninas”, Velázquez aponta a existência de um autor e de um consumidor; na obra de Tenfen, e em especial nesses dois títulos que discutimos aqui, o autor também afirma sua existência, apesar de que no conto “Nick Fourier”, que abre o “Casa Velha...”, este autor seja morto pela própria obra. Eis aqui uma escatologia. “Nick Fourier” dialoga diretamente com “Um cadáver...” naquilo que diz respeito ao tema e à posição do autor Maicon Tenfen diante do merca-

para sua editora Suzana Fischer: “É difícil definir um editor que tenha a cara-de-pau de publicar um livro que não foi analisado, mesmo quando é pago por quem o escreveu. Você é tão sem-vergonha que não se preocupa se publica arte ou merda – desde que um otário como eu assine um cheque – pois seu lucro não vem do livro em si. Vem do bolso do autor.” Vale lembrar que a primeira edição de “Um cadáver...” – bem como a edição do primeiro livro de Maicon Tenfen, “Entre a brisa e a madrugada” (1996) – foi publicada através de uma editora que cobrava de seus autores os serviços de editoração e publicação e não possuía logística de distribuição. Assim, a crítica que a novela destila destina-se, no âmbito geral, ao mercado editorial, excludente e monopolista; e, no âmbito particular, muito provavelmente a uma editora em especial: à própria que publicou a primeira edição de “Um cadáver na banheira”.

Os oito contos que compõem “Casa Velha Night Club” discutem,

para cachorro louco”. Há um trecho onde o personagem Tenfen narra a Genésio Campanelli uma história que está escrevendo e diz: “A menina do meu conto também é devorada. Depois que crescem, as criaturas não costumam poupar seus criadores”. Não é, porém, de canibalismos que trata “Canil para cachorro louco”, mas de autofagia. Ao se lançar nas tramas da enorme teia narrativa, dissolvendo ficção e realidade no grande mar da linguagem, Maicon Tenfen, o personagem e o escritor, reafirma-se enquanto artista capaz de se inventar outro, novo, estabelecendo um texto muito bem construído, contando uma boa história e apontando para algo a mais.

E é justamente este “algo a mais” de “Casa Velha Night Club” que nos permite crer que Maicon Tenfen ainda se autofagizará muito, “enchendo seus textos de mensagens e ligações ocultas, jogando com o leitor e dizendo coisas que jamais teria coragem de dizer diretamente”, como certa vez me confidenciou Genésio Campanelli.

## Saúde e sociedade

## Trabalho e consumo

A condição do trabalhador na realidade contemporânea

POR CLEITON JUNIOR PEREIRA DA ROCHA, *trabalhador bancário e ator, graduado em Psicologia pela FURB* <cleiton\_j@ibest.com.br>

**L**iberdade, Igualdade e Fraternidade! Enquanto os liberais proclamavam ao mundo o triunfo da Dupla Revolução – Francesa e Industrial Inglesa – a recém formada classe trabalhadora era convidada pelo estômago – pela necessidade – a oferecer seu corpo para uma nova ordem mundial onde a produção regula a vida e a máquina adapta o homem.

As forças produtivas desenvolveram-se geometricamente e hoje, o termo produtividade, mais que um indicativo de ordem quantitativa, adquiriu status de qualificador da condição humana. Mesmo a ideia de indivíduo – demarcador fundamental do estatuto humano na atual sociedade capitalista – tem como um de seus signos de legitimação o conceito de produtividade.

A construção do processo vital do trabalhador passou a ser demarcada pelo ciclo trabalho/consumo: a renda passou a ser entendida como a quantidade de recurso necessária para a manutenção do corpo no processo de trabalho. Contudo, a necessidade de consumo, também base do ciclo do Capital, passou a agir como o meio direto para retirar o pouco que já lhe era distribuído.

**CONSUMIR É VIVER**

Com a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento acentuado dos meios de produção, a centralidade da ideologia dominante passou a pregar o consumo como o meio para a realização da felicidade e do prazer. Em um mundo que necessita da produção para crescer, o consumo aparece como necessidade básica da sociedade.

Contudo, em nosso globo dividido pela rica Porção Norte e a Resistente Porção Sul, consumir adquire diferentes graus de qualificação – vincula-se diretamente às condições da economia e do alcance do desenvolvimento das forças produtivas. O Brasil vive – por exemplo – um momento histórico onde o acesso ao consumo têm aumentado significativamente. O poder de consumir historicamente ficou limitado a poucas mãos e somente depois de cinco séculos começamos a distribuir a riqueza gerada nesse país.

Os bancos narram um exemplo disso. A cada dia, milhares de novas contas bancárias são abertas em todo o país. Os bancos têm criado novos produtos e novas agências, dispostos a levar os serviços bancários à quem nunca teve acesso – cerca de 50% da população brasileira nunca entrou em uma agência bancária. O discurso adotado é um só, inclusão. Mas que inclusão de fato é essa? A inclusão ao consumo: produzimos mais, muito mais e por isso temos direito a uma fatia maior no consumo, consumimos e o velho ciclo do capitalismo se mostra novamente nutrido. Aumentamos um pouco a fatia do bolo de soja que cada brasileiro recebe – um avanço interessante posto que pode tornar o mínimo um pouco mais digno e o trabalhador um pouco mais valorizado – mas também um paradoxo aos defensores de uma sociedade livre da exploração pelo trabalho.

E consumir, significa viver melhor? Posso comprar meu pão, parcelar minha roupa e até financiar minha casa! E faz-se o crédito, aumentamos a produção, trabalhamos mais e nos endividamos. Tudo que nos foi dado para a garantia dos direitos mais primários volta aos cofres de proprietários exuberantes de seu senso de humano.

O trabalhador – perturbado pelo voraz ciclo da produção e consumo – pode não atentar para o fato de que tudo o que ele compra já era seu. Foi resultado direto de sua ação no mundo, de inserir seu corpo no processo produtivo. Processo este que se torna cada vez mais intenso, o ritmo da produção acelera mais que o ritmo do corpo. A oferta de consumo aumenta mais que sua possibilidade de aquisição. O desejo tenta tornar-se necessidade.

Fidelio García/Flickr



Nesse possível cenário, a tensão entre as exigências produtivas e os limites do corpo do trabalhador tendem a tornar a vida menos saudável. A pressão constante por produção e a imposição de um estilo de vida consumista naturalizam cada vez mais a ideia de um corpo sempre produtivo e em constante competição para tornar-se o mais adaptado em um mundo que dividiu “naturalmente” os homens na construção da sobrevivência.

**RESULTADO = DOR**

Essa divisão teve com uma de suas ferramentas mais revolucionárias: a tecnologia. O desenvolvimento das forças produtivas levou à consequente mudança do trabalhador. Contudo, nem sempre o debate sobre os efeitos dessa nova interface nas relações de produção admite a dialética entre a mudança tecnológica e a corporeidade do trabalhador. As constantes inovações tecnológicas necessariamente implicam em mudanças no corpo daquele que executa o trabalho. O discurso não é de troca, mas de adaptação. Basta um olhar sobre certas práticas corporativas onde empresários ou seus belos representantes compartilham sua visão sobre competitividade, liderança, inovação, formação constante e outras artes de guerra nos incitando a crer num mundo reificado sob fetiches do Capital.

Os resultados disso são facilmente compreensíveis a qualquer trabalhador, a partir de uma evidência sempre singular e incontestável: a dor. Basta uma percepção mais apurada sobre nossos corpos para percebermos o desgaste oriundo do trabalho excessivo: a coluna que lateja a noite, o ombro que grita, as varizes, a hipertensão, o stress, a ansiedade, a depressão e o que mais nossos corpos superarem.

Diante de aspectos tão refinadamente brutais,

ações como a campanha nacional pela Redução da Jornada de Trabalho promovida pelas entidades sindicais surgem como pequeno alento no debate entre produtividade, renda, saúde e qualidade de vida. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores, no que se refere à relação entre aumento da produtividade, redução da jornada de trabalho e desemprego, dado que são necessárias cada vez menos horas de trabalho para produzir uma mercadoria, a sociedade pode optar entre transformar essa redução do tempo necessário à produção em redução da jornada ou em desemprego.

**REDUÇÃO DA JORNADA**

Embora a produtividade do trabalho tenha aumentado, segundo a CUT, em mais de 100% somente entre os anos 1990 e 2000, a carga horária de trabalho brasileira – 44 horas semanais segundo a legislação de 1988 – permanece atuando como catalisador do lucro e força o trabalhador a adaptar suas ações de acordo com o ritmo da produção, tornando as possibilidades de emancipação e construção de uma vida mais justa cada vez mais difícil, posto que a maior parte de sua energia vital acaba tendo que ser empregada para manter-se presente no ciclo produtivo.

Em nossa realidade de domínio da produção frente à qualidade de vida, a redução não significa apenas mais quatro horas livres, significam também a redução do tempo de exposição direta do trabalhador com o mecanismo de pressão da jornada, propiciando pouco mais de liberdade para a corporeidade do trabalhador e talvez tornando possível a constituição de um caminho onde a realidade da vida não seja diminuída pela ditadura do ciclo trabalho/consumo.